



No título: “O Imperador” (série *A Ilha de Sam Nunca*) (2023)

Créditos: **Andrea Santolaya** (Madrid, 1982) é uma fotógrafa espanhola, a viver na ilha de São Miguel desde 2017. Com um sentido estético influenciado pelo contacto com diferentes culturas ao longo do seu crescimento, Andrea descobriu o gosto pela fotografia quando vivia em Londres, aos 16 anos. A partir desse momento, a câmara fotográfica passou a ser a sua “ferramenta de adaptação e de trabalho”. Andrea Santolaya é licenciada pela Faculdade de Belas Artes da Universidade Complutense de Madrid e concluiu o mestrado em “Fotografia, Vídeo e Mídia Relacionada” na Escola de Artes Visuais de Nova Iorque, com o apoio de uma bolsa concedida pela Obra Social La Caixa. Anteriormente à sua carreira nos Açores, Andrea passou

por países como a Rússia, onde colaborou como fotógrafa no Teatro Mihailovsky e França, onde registou com a sua câmara fotográfica momentos históricos da equipa de râguebi Biarritz Olypique.

A obra apresentada na capa faz parte da coleção “A Ilha de Sam Nunca”, na qual a artista faz um retrato do arquipélago dos Açores através dos seus mistérios e rituais religiosos. A coleção ficou patente na loja oficial da conceituada marca de máquinas fotográficas Leica, em Madrid.

Cortesia: *Galeria Fonseca Macedo*

Nota: Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

DESTAQUES



[Parlamento Europeu rejeita duas moções de censura à Comissão Europeia](#)

[Comissão Europeia apresenta nova Estratégia LGBTQ+ 2026-2030 para reforçar a igualdade e combater o ódio](#)

[UE lança duas novas estratégias para colocar a Europa na liderança da Inteligência Artificial](#)

[Comissão propõe novas salvaguardas para proteger agricultores da UE no âmbito do acordo com o Mercosul](#)

[Comissão Europeia publica orientações para aplicação das novas regras sobre transparência na propaganda política](#)

[Pagamentos imediatos em euros tornam-se realidade em toda a área do euro](#)



De 13 a 15 de outubro



168ª Sessão plenária do Comité das Regiões

De 13 a 15 de outubro irá decorrer em Bruxelas mais uma sessão plenária do Comité das Regiões Europeu.

Esta sessão será marcada pela abertura da Semana Europeia das Regiões e Cidades, promovida por este órgão consultivo da UE e pela Direção-Geral da Comissão para as Políticas Regionais e Urbanas (DG REGIO).

Pode consultar [aqui](#) a agenda desta sessão plenária e assistir às transmissões em direto.

Até 13 de outubro



Quadro de segurança energética da UE (revisão)

Foram identificadas várias lacunas na arquitetura de segurança energética da UE.

Em primeiro lugar, esta encontra-se dividida por setor e, em segundo lugar, como se tornou evidente durante a crise energética causada pela invasão, em grande escala, da Ucrânia pela Rússia, existem algumas lacunas.

Por conseguinte, a Comissão propõe a revisão deste quadro para se adaptar à nova situação geopolítica, energética e climática, a fim de preparar um sistema energético mais descarbonizado, eletrificado e integrado.

Pode [apresentar os seus comentários](#) até 13 de outubro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) em resposta ao convite à apreciação lançado pela Comissão Europeia.

Até 14 de outubro



Segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais — Pacote Omnibus Simplificação

Esta [iniciativa de recolha de evidências](#), visa aumentar a competitividade dos agricultores da UE e da indústria dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, bem como reduzir os encargos administrativos para as autoridades dos Estados-Membros relacionados com as autorizações de introdução no mercado dos produtos.

A iniciativa irá: acelerar o acesso das substâncias e dos produtos de controlo biológico ao mercado da EU e simplificar e clarificar os requisitos regulamentares em matéria de produtos fitofarmacêuticos, produtos biocidas, aditivos para a alimentação animal, higiene dos géneros alimentícios e controlos oficiais, bem como outras medidas destinadas a simplificar a legislação alimentar da UE.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 14 de outubro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).



Comissão Europeia abre consulta pública sobre bem-estar dos animais de criação

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) para recolher contributos sobre a revisão da legislação da União Europeia relativa ao bem-estar dos animais de criação.

Esta revisão legislativa insere-se na [Visão para a Agricultura e a Alimentação](#), apresentada em fevereiro, e surge também como resposta à iniciativa de cidadania [“End the Cage Age”](#), que apela ao fim do uso de gaiolas na pecuária. A Comissão pretende apresentar a sua primeira proposta de atualização legislativa no final do próximo ano, assegurando que será baseada em dados concretos e em contributos científicos da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA).

O convite à apresentação de propostas estará aberto até 14 de outubro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal “Dê a sua opinião” e procura recolher os contributos de cidadãos, empresas, autoridades nacionais e regionais, organizações não-governamentais e todas as partes interessadas no tema.

15 de outubro



40.º aniversário do Acordo de Schengen

Para celebrar o 40.º aniversário do Acordo de Schengen, que aboliu os controlos de passaportes entre os Estados participantes, o Parlamento e a Comissão organizarão conjuntamente um evento com painéis de discussão.

Pode consultar [aqui](#) o programa do evento que irá decorrer em formato híbrido.

O evento também será [transmitido pela Internet](#) através do Centro Multimédia do Parlamento.

16 e 17 de outubro



2.ª Cimeira de sensibilização para as Algas, Berlim, 16 e 17 de outubro

Na sequência do sucesso da [primeira cimeira de sensibilização para as algas da UE](#), a 2.ª cimeira da UE sobre a sensibilização para as algas terá lugar nos dias 16 e 17 de outubro de 2025 no [centro de conferências Axica](#), em Berlim, na Alemanha.

A Cimeira faz parte de um esforço contínuo para informar as administrações dos Estados-Membros da UE e os cidadãos da UE sobre os muitos benefícios do cultivo de algas, produtos e serviços – para as economias nacionais e regionais, para as comunidades costeiras e para a saúde dos nossos oceanos e águas.

A Cimeira é organizada pela [EU4Algae](#) em cooperação com a Comissão Europeia. Os participantes terão a oportunidade de explorar histórias de sucesso da vida real dentro e fora do setor das algas da UE, ouvir os principais especialistas e líderes da indústria e participar em painéis dinâmicos e mesas redondas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações sobre este evento, onde poderá também efetuar o registo para a participação.

Até 17 de outubro



Recrutamento no domínio da gestão de edifícios pelas instituições europeias

As instituições da UE [procuram](#) profissionais em quatro domínios: gestão de projetos no setor dos edifícios, arquitetura e gestão de projetos, engenharia elétrica e gestão de projetos, bem como engenharia de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) e gestão de projetos. Os candidatos só se podem candidatar a um destes domínios e, se forem aprovados, serão recrutados como administradores no [grau AD 7](#).

Para informações pormenorizadas sobre as funções específicas que os candidatos aprovados podem vir a desempenhar, [consulte o aviso de concurso](#).

O prazo para a apresentação das candidaturas termina a 17 de outubro de 2025, às 11 horas, hora de Lisboa.



Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis: consulta pública

O primeiro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis tentará dar resposta à crise habitacional que afeta milhões de pessoas em toda a UE.

Ajudará os países, as regiões e as cidades da UE a aumentar a oferta de habitação sustentável e a preços acessíveis e melhorará o acesso das pessoas necessitadas à habitação, nomeadamente abordando os desafios estruturais e desbloqueando o investimento público e privado.

O plano respeitará o princípio da subsidiariedade e procurará gerar valor acrescentado da UE, baseando-se em instrumentos adequados e melhores práticas.

O período de [consulta](#), decorre até ao dia 17 de outubro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).



Comissão lança consulta sobre o futuro da Nova Bauhaus Europeia

Está aberto pela Comissão um convite à apresentação de contributos sobre o reforço da [Nova Bauhaus Europeia](#) (NEB), iniciativa que procura responder a desafios como as alterações climáticas e a pressão habitacional, através de soluções sustentáveis e inclusivas, centradas nas comunidades locais.

Com base nos contributos recolhidos, a Comissão pretende apresentar em dezembro deste ano uma comunicação e uma proposta de recomendação ao Conselho, a definir o futuro da iniciativa. O objetivo é continuar a promover espaços públicos, edifícios e bairros que unam sustentabilidade e inclusão, reforçando a ligação entre as comunidades e o ambiente construído.

O convite à apresentação de provas está aberto a todos os cidadãos ou profissionais com interesse na área e ficará disponível no portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao próximo dia 17 de outubro (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 19 de outubro



Observatório da Economia Azul da UE lança convite à manifestação de interesse para criação de Comunidade de Prática

O Observatório da Economia Azul da União Europeia (BEO), gerido pela Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas (DG MARE) e pelo Centro Comum de Investigação (JRC), [está a convidar peritos e partes interessadas a integrar a sua nova Comunidade de Prática](#) (CoP).

Esta Comunidade terá como principais objetivos fortalecer a capacidade do Observatório em recolher, processar e analisar dados socioeconómicos, de modo a melhorar a atualidade e cobertura dos indicadores em setores marítimos já estabelecidos, bem como em áreas emergentes. Além disso, a Comunidade de Prática irá apoiar o desenvolvimento de um painel de controlo do Pacto Europeu para o Oceano.

As [candidaturas](#), que podem ser apresentadas até 19 de outubro, estão abertas a indivíduos ou organizações com experiência relevante em áreas como políticas da economia azul, estatísticas e investigação académica. O mandato inicial da Comunidade será de dois anos, com reunião de lançamento prevista para dezembro de 2025.

Até 24 de outubro



Consulta Pública: Estratégia da UE de Combate à Pobreza

A estratégia contribuirá para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e para a consecução da meta da UE para 2030 de redução da pobreza.

Além disso, irá: refletir sobre a natureza multidimensional da pobreza e as suas causas profundas e combater a pobreza através do ponto de vista do ciclo de vida, com base na abordagem do investimento social.

O período de [consulta](#) decorre até ao dia 24 de outubro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas)

Até 31 de outubro



Período de nomeações ao Prémio Presidente da Câmara Pawel Adamowicz

O Prémio Presidente da Câmara Pawel Adamowicz foi lançado pelo Comité Europeu das Regiões durante a sessão plenária de maio deste ano.

Esta é uma distinção atribuída em homenagem ao ex-membro do Comité Pawel Adamowicz, assassinado em 2019, e pretende reconhecer a coragem e o empenho de representantes locais, da sociedade civil e de cidadãos comuns na promoção da democracia, da igualdade e dos direitos humanos.

As nomeações podem ser apresentadas através do [formulário](#) específico até 31 de outubro de 2025.

Mais informações sobre o prémio podem ser [aqui](#) consultadas.

Até 4 de novembro



Estatísticas sobre o setor europeu das pescas – simplificação da recolha de dados

Esta iniciativa visa racionalizar e simplificar a recolha dos dados necessários para produzir estatísticas sobre o setor europeu das pescas (capturas, desembarques de produtos da pesca, piscicultura/aquicultura).

Além disso, permitirá atualizar estas estatísticas com dados e informações necessários no âmbito da política de pesca da UE (política comum das pescas).

O período para [apresentação de comentários](#) decorre até ao dia 4 de novembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).



Comissão Europeia propõe revisão das regras de auxílios estatais para ampliar acesso à habitação a preços acessíveis

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública para rever as regras de auxílios estatais aplicáveis à habitação, com o objetivo de ajudar os Estados-Membros a melhorar o acesso a habitação a preços acessíveis. A proposta inclui alterações à [Decisão 2012/21/UE relativa aos Serviços de Interesse Económico Geral](#) (SIEG), com o objetivo de alargar o apoio para além da tradicional habitação social.

A revisão prevê ainda a introdução de uma nova categoria de isenção para habitação acessível, permitindo a concessão de auxílios estatais sem necessidade de notificação prévia à Comissão. A nova definição contempla habitação destinada a famílias que não conseguem aceder ao mercado por razões estruturais, como falhas de mercado ou aumento generalizado dos preços.

A iniciativa insere-se numa resposta mais ampla à crise habitacional na Europa e fará parte de um futuro Plano Europeu para a Habitação Acessível, previsto para o final de 2025. A consulta pública estará aberta até **4 de novembro de 2025**, e poderá ser respondida por cidadãos, empresas, autoridades públicas e associações através do [site](#) da Direção-Geral da Concorrência (COMP).

A versão final da decisão revista será adotada ainda este ano.

Até 6 de novembro



Lei da Economia Circular: consulta pública

A Lei da Economia Circular irá reforçar a segurança económica da UE, a competitividade, ao mesmo tempo que promove uma produção mais sustentável e modelos de negócio de economia circular e a descarbonização. A lei facilitará o movimento livre de

produtos 'circulares', matérias-primas secundárias e resíduos. Também aumentará a oferta de materiais reciclados de alta qualidade e estimulará a procura por esses materiais na UE.

O período para apresentação de comentários e para a consulta pública decorre até ao dia 6 de novembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

11 de novembro



Sessão Informativa: “Financiamento Europeu em Saúde” São Miguel

A Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica ([AICIB](#)), em colaboração com a Secretária-geral do Ministério da Saúde ([SGMS](#)), [organiza](#) uma sessão de informação sobre as oportunidades de financiamento dos Programas Europeus Horizonte Europa, EU4Health e Europa Digital, a decorrer no dia **11 de novembro, no Laboratório Regional de Engenharia Civil, em Ponta Delgada, São Miguel**.

A participação é gratuita, mas obrigatória a inscrição prévia [aqui](#).

Até 17 de novembro



C4T GROUNDWORK convite à apresentação de candidaturas para assistência técnica

O C4T GROUNDWORK presta assistência técnica e ajuda aos Estados-Membros, às regiões e às autoridades locais da UE a tirar o máximo partido dos recursos ao abrigo do [Objetivo Político 2](#) (OP2) «Uma transição mais ecológica e com baixas emissões de carbono para uma economia com emissões líquidas de carbono nulas e uma Europa resiliente» da Política de Coesão no período 2021-2027.

O apoio especializado é oferecido às partes interessadas diretamente envolvidas nos investimentos programados no âmbito do PO2 ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e/ou do Fundo de Coesão (FC).

Na segunda-feira, 27 de outubro de 2025, das 15h00 às 16h00 (CET) irá decorrer uma sessão informativa online, durante a sessão, representantes da Comissão Europeia e do Secretariado C4T responderão a perguntas e fornecerão orientações sobre o C4T GROUNDWORK. Pode inscrever-se para participar na sessão através deste [link](#).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este convite à [apresentação de candidaturas](#), que encerram a 17 de novembro (23h59 CET), bem como consultar o [Catálogo de Inspiração](#) e as [Perguntas Frequentes](#) do C4T GROUNDWORK ou entrar em contacto com o Secretariado C4T GROUNDWORK através do e-mail secretariat@cohesion4transitions.eu.

Até 20 de novembro



Consulta Pública: Plano de ação para a eletrificação

Se bem que a descarbonização do sistema elétrico da UE esteja a registar progressos constantes, a eletricidade representa ainda menos de 25 % do consumo final de energia.

É necessário desviar a procura de energia dos combustíveis fósseis e orientá-la para a eletricidade de modo: a alcançar as metas de descarbonização da EU; reforçar a eficiência do sistema; e, permitir aos consumidores que usufruam das vantagens das energias renováveis.

O plano de ação promoverá esta transição eliminando os principais obstáculos à sua concretização com base na legislação da UE em vigor e o Plano de Ação para a Energia a Preços Acessíveis.

O objetivo da consulta é recolher contributos, informações, dados e observações aprofundados e de elevada qualidade sobre as medidas necessárias para promover uma eletrificação eficaz em termos de custos e respeitadora dos sistemas.

A presente consulta pública está aberta até ao dia 20 de novembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas), podendo apresentar [aqui](#) o seu contributo.

24 e 25 de novembro



Cimeira EU-União Africana

Os líderes da União Europeia e da União Africana reúnem-se em Luanda, Angola, nos dias 24 e 25 de novembro de 2025, para a sétima cimeira UE-[União Africana](#) (UA). O encontro, será copresidido pelo Presidente angolano João Lourenço e pelo Presidente do Conselho Europeu António Costa e contará também com a presença da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

A cimeira irá assinalar os 25 anos da parceira UE-UA e irá acontecer num momento em que Angola assume a presidência rotativa da organização africana.

Pode saber mais sobre a cimeira [aqui](#).

28 de novembro



Conferência Anual de Investigação

A Conferência Anual de Investigação (ARC) é realizada com o objetivo de levar à Comissão Europeia os resultados das mais recentes investigações académicas e promover o diálogo entre a investigação académica e a elaboração de políticas.

Todos os anos, a conferência aborda um tema relevante para a elaboração de políticas apoiadas em dados concretos na [Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros](#) (DG ECFIN) da Comissão e no [Centro Comum de Investigação](#) (JRC), coorganizadores da Conferência.

A edição deste ano irá explorar como a Inteligência Artificial e a inovação estão a remodelar a produtividade e a influenciar o futuro da política económica.

Este evento realizar-se-á a partir de um sistema híbrido, que permitirá aos interessados que não se possam deslocar a Bruxelas assistir às discussões em linha.

Pode consultar aqui o [programa](#) e [aqui](#) a página do evento.

Até 8 de dezembro



Comissão recolhe opiniões para a Visão Estratégica para o Desporto na Europa

A Comissão Europeia [abriu](#) uma consulta pública para recolher opiniões de cidadãos, atletas, treinadores e organizações sobre a futura comunicação política «Uma Visão Estratégica para o Desporto na Europa: Reforçar o Modelo Desportivo Europeu».

O objetivo é reforçar o papel do desporto como bem público, destacando o seu papel na saúde, educação, inclusão social, coesão europeia e competitividade económica. A participação da sociedade será fundamental para enfrentar desafios atuais e preservar o [Modelo Europeu do Desporto](#), assente em clubes fortes, iniciativas de base e comunidades desportivas locais.

O processo de consulta permanecerá aberto por 12 semanas no portal [“Dê a sua opinião”](#) e irá também permitir a apresentação de evidências e boas práticas.

15 a 17 de dezembro



EU Agri-Food Days 2025

As Jornadas Agroalimentares da UE 2025, agendadas para 15 a 17 de dezembro, em Bruxelas, terão este ano como tema central “Garantir a alimentação e a agricultura da Europa”.

Esta conferência de três dias permite-lhe estabelecer contactos e participar em conversas importantes com partes interessadas do setor agroalimentar da UE, agricultores, analistas, académicos, sociedade civil e decisores políticos.

Para mais informações, consulte o [site do “EU Agri-Food Days 2025”](#).

Até 17 de dezembro



Comissão procura pontos de vista sobre o futuro da normalização europeia

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a próxima revisão do regulamento da UE relativo à normalização. Esta consulta ajudará a definir as futuras medidas políticas destinadas a reforçar o sistema europeu de normalização e a salvaguardar a liderança da Europa no desenvolvimento de normas de elevada qualidade e de confiança. Ao assegurar que as normas são eficientes e eficazes, a UE pode promover as suas ambições ecológicas e digitais, reforçando simultaneamente a sua posição de líder mundial na definição de normas.

Previsto para adoção em 2026, o regulamento revisto tornará o processo de definição de normas mais rápido, mais reativo às necessidades políticas e mais inclusivo, especialmente para as PME e as empresas em fase de arranque. A Comissão apresentou as principais prioridades para a revisão na sua avaliação publicada em julho de 2025. As partes interessadas e os peritos são convidados a contribuir através [da consulta em linha](#) disponível no portal da Comissão «Dê a sua opinião» até 17 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Comissão propõe novas salvaguardas para proteger agricultores da UE no âmbito do acordo com o Mercosul

A Comissão Europeia apresentou uma proposta de regulamento destinada a reforçar a proteção dos agricultores da União Europeia no contexto do Acordo de Parceria UE-Mercosul (APEM). A iniciativa complementa as garantias já previstas no projeto legislativo do acordo, oferecendo um nível adicional de segurança face a eventuais aumentos inesperados das importações ou quedas significativas nos preços agrícolas.

A proposta introduz procedimentos claros para aplicar medidas de salvaguarda e prevê um acompanhamento permanente dos mercados agrícolas, sobretudo em setores sensíveis como a carne, as aves, o arroz, o mel, os ovos, o etanol e o açúcar. Além disso, a Comissão compromete-se a monitorizar regularmente as importações e a apresentar relatórios semestrais ao Conselho e ao Parlamento Europeu, de modo a permitir identificar riscos numa fase precoce e agir antes que se verifiquem impactos graves.

Em situações de perturbação do mercado, a Comissão poderá igualmente iniciar investigações imediatas e, nos casos mais urgentes, ativar salvaguardas provisórias em até 21 dias, com o objetivo de concluir os inquéritos no prazo máximo de quatro meses, reduzindo substancialmente os prazos previstos no Acordo de Parceria com o Mercosul. Se for comprovado um prejuízo grave, a UE poderá suspender temporariamente as preferências pautais aplicáveis aos produtos afetados.

Segundo Bruxelas, o novo regulamento, que transpõe para a legislação da UE as cláusulas de salvaguarda previstas no acordo, visa garantir que a abertura comercial com o Mercosul não compromete a estabilidade e a competitividade da agricultura europeia. A proposta seguirá agora para aprovação pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, no âmbito do processo legislativo ordinário.

Pode conhecer melhor a proposta da Comissão [aqui](#).

Parlamento Europeu aprova mandato para reforçar posição dos agricultores na cadeia alimentar

Durante a sessão plenária desta semana em Estrasburgo, o Parlamento Europeu aprovou o seu mandato para negociar com os Estados-Membros novas regras que visam equilibrar o poder na cadeia de abastecimento agroalimentar e estabilizar os rendimentos dos agricultores. O mandato foi aprovado com 532 votos a favor, 78 contra e 25 abstenções.

Entre as medidas aprovadas estão a obrigatoriedade de contratos escritos para entregas agrícolas, com um limite reduzido de 4 000 euros a partir do qual contratos podem ser dispensados, e restrições à criação de organizações de produtores biológicos para evitar concorrência desnecessária. A rotulagem de produtos deverá ser mais clara, incluindo critérios sobre desenvolvimento rural, apoio a organizações de agricultores e uso correto de termos como “justo” ou “equitativo”. Produtos com a menção “cadeia curta” deverão respeitar origem na UE e número limitado de intermediários.

No seu mandato, o Parlamento acrescentou ainda regras sobre resíduos de pesticidas em alimentos importados, exigindo que não ultrapassem os limites aplicáveis na UE, e priorizou o uso de produtos locais e sazonais em contratos públicos, especialmente com indicações geográficas protegidas. Uma nova definição de carne reserva nomes como bife, escalope, salsicha ou hambúrguer apenas para produtos que contenham carne animal, excluindo alternativas cultivadas em células.

As negociações interinstitucionais sobre a versão final da legislação irão começar na próxima terça-feira, 14 de outubro.

Pode conhecer melhor [aqui](#) as medidas apresentadas.

Parlamento Europeu pronto para negociar simplificação das regras agrícolas da UE

O Parlamento Europeu adotou uma posição negocial para iniciar conversações com o Conselho sobre a simplificação da Política Agrícola Comum (PAC), com 492 votos a favor, 111 contra e 39 abstenções. A proposta visa dar mais flexibilidade aos agricultores no cumprimento das regras existentes e facilitar o acesso a apoios.

Entre as medidas, os eurodeputados propõem que explorações parcialmente biológicas, localizadas em zonas de conservação especial ou com menos de 50 hectares sejam consideradas em conformidade com certos requisitos ambientais (GAEC). Nesta posição negocial, o Parlamento apoia ainda um novo pagamento de crise através dos fundos de desenvolvimento rural, incluindo perdas provocadas por surtos de doenças animais, e propõe reduzir de 20 % para 15 % o limiar mínimo para aceder a apoios de seguro.

O texto aprovado prevê também maiores apoios para pequenos agricultores, com pagamentos anuais até 5 000 euros (em vez de 2 500) e um pagamento único de até 75 000 euros para desenvolvimento empresarial. Para acelerar a aplicação, as alterações aos planos estratégicos nacionais poderão ter efeito jurídico em 2026 antes da aprovação formal pela Comissão.

As negociações com os Estados-Membros começaram esta quinta-feira, dia 9 de outubro, com o objetivo de adotar as novas regras na sessão plenária de novembro de 2025.

Pode saber mais [aqui](#).



Ambiente

COP30: Eurodeputados querem que a política climática da UE mantenha um elevado nível de ambição

A Comissão do Ambiente, Clima e Segurança Alimentar [aprovou](#) uma proposta de resolução com as suas exigências políticas para a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas COP30.

A resolução, aprovada com 57 votos a favor, 23 contra e quatro abstenções, afirma que a UE deve continuar a ser líder nas negociações internacionais sobre o clima e exorta todos os países a contribuírem com a sua quota-parte justa para o financiamento adequado das medidas climáticas.

Os deputados salientam a necessidade de a política climática da UE «manter uma ambição elevada, em consonância com os objetivos acordados, e dar prioridade, nas suas ações, à rentabilidade, à competitividade da economia europeia, à inclusão social e a um elevado nível de proteção ambiental». Exortam o Conselho a adotar, o mais rapidamente possível, o compromisso climático da UE para 2035 e lamentam o facto de a UE não ter apresentado atempadamente [a sua contribuição nacionalmente determinada \(NDC\) atualizada para o Acordo de Paris](#).

O texto sublinha igualmente a necessidade de adotar uma meta climática da UE para 2040 baseada na ciência, em conformidade com a Lei Europeia do Clima.

Fauna e flora selvagens: eurodeputados apelam ao fim de todo o comércio ilegal até 2030

Antes da reunião global da ONU sobre a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens (CITES) em Samarcanda, Uzbequistão, de 24 de novembro a 5 de dezembro de 2025, os deputados da Comissão do Ambiente, das Alterações Climáticas e da Segurança Alimentar do Parlamento Europeu aprovaram um relatório sobre os objetivos estratégicos da UE, por 67 votos a favor, 8 contra e 7 abstenções.

A fim de proteger os animais e as espécies, bem como a saúde humana e animal e o ambiente, os deputados europeus pretendem eliminar todo o comércio ilegal até 2030. O objetivo é garantir que o único comércio de fauna e flora selvagens seja legal e sustentável, coerente com a conservação a longo prazo das espécies e contribuindo para travar a perda de biodiversidade. Para o efeito, o texto exorta todos os países a reforçarem a aplicação da convenção das Nações Unidas, uma vez que a aplicação atual das proibições e restrições da convenção ao comércio de espécies protegidas é inadequada.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este relatório.

Comissão Europeia emite parecer fundamentado a Portugal por falhas na transposição das regras sobre instalações de combustão médias

A Comissão Europeia emitiu um parecer fundamentado a Portugal por não ter transposto integralmente a [Diretiva 2015/2193/CE](#), relativa às instalações de combustão médias (MCPD), que estabelece limites de emissão de poluentes atmosféricos como dióxido de enxofre, óxidos de azoto e poeiras.

A diretiva tem como objetivo reduzir a poluição do ar e proteger a saúde pública e o ambiente, impondo regras uniformes às instalações de combustão de média dimensão, consideradas uma das principais fontes de emissões na União Europeia.

Segundo a Comissão, Portugal não transpôs corretamente várias disposições da MCPD, incluindo aspetos relativos a isenções, monitorização das emissões, obrigações dos operadores e informações a fornecer às autoridades competentes. Embora Lisboa tenha mostrado abertura para corrigir parte das deficiências, ainda persistem algumas lacunas na legislação nacional.

Portugal dispõe agora de dois meses para responder e adotar as medidas necessárias. Se não o fizer, a Comissão poderá remeter o caso ao Tribunal de Justiça da União Europeia.



Orçamento da UE para 2026: foco no apoio à competitividade, preparação e defesa

Os deputados europeus querem um orçamento da UE para 2026 que reforce a competitividade e a inovação, aumente a resiliência no setor agrícola, apoie a preparação e reforce a defesa da UE.

A Comissão dos Orçamentos adotou a sua posição sobre o orçamento da UE para 2026. Votou a favor do restabelecimento dos níveis propostos pela Comissão de 1,3 mil milhões de euros em dotações de autorização para programas-chave que foram cortados pelos governos da UE.

Os deputados europeus também apoiaram aumentos para ajudar os europeus a lidar com as pressões económicas atuais e as realidades geopolíticas. Apelaram a um reforço do financiamento para a investigação e a inovação através do programa Horizonte Europa, a uma maior preparação e capacidade de resposta a emergências e a um apoio específico aos agricultores, com especial destaque para os jovens agricultores. Os deputados da Comissão dos Orçamentos sublinharam igualmente a necessidade de apoiar uma gestão eficaz das fronteiras e a mobilidade militar, bem como de envidar mais esforços para apoiar o desenvolvimento de infraestruturas de dupla utilização, nos países da linha da frente e nos vizinhos meridionais e orientais da UE, no atual contexto geopolítico instável.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes sobre a posição adotada.

Tribunal de Contas Europeu alerta para persistência de erros nas despesas da UE e riscos do aumento da dívida

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) [alertou](#) que, embora o nível estimado de erro nas despesas do orçamento da União Europeia tenha diminuído para 3,6% em 2024 (face a 5,6% em 2023), as irregularidades continuam a ser significativas e afetam sobretudo as políticas de coesão. No seu [Relatório Anual](#), divulgado esta semana, o TCE emitiu um parecer “adverso” sobre as despesas da UE pelo sexto ano consecutivo, apontando falhas persistentes nas estruturas de supervisão e de responsabilização.

Um parecer adverso significa que os erros detetados nas despesas são tão difundidos que comprometem a fiabilidade global das contas orçamentais. Já as receitas da UE receberam uma opinião positiva, sem erros detetados, embora os auditores tenham identificado riscos nos direitos aduaneiros, que podem estar a ser declarados incorretamente por alguns importadores.

Em relação ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), o principal instrumento financeiro do pacote do programa NextGenerationEU, o TCE emitiu uma opinião “com reservas”. Esta classificação indica que foram encontradas irregularidades e deficiências, mas que estas não são generalizadas. Dos 59,9 mil milhões de euros pagos aos Estados-Membros em 2024, o TCE identificou seis pagamentos que não cumpriram integralmente as regras e condições estabelecidas. O Tribunal apontou ainda fragilidades na definição dos objetivos e na fiabilidade das informações apresentadas pelos países, o que compromete a avaliação dos resultados.

O relatório dedica também especial atenção ao agravamento do peso da dívida europeia. Até 2027, o Tribunal de Contas Europeu estima que os empréstimos pendentes da UE poderão ultrapassar 900 mil milhões de euros, quase dez vezes o montante registado antes da pandemia. Em relação ao programa NextGenerationEU o TCE estima que os juros associados poderão atingir 74 mil milhões de euros entre 2028 e 2034, valor que o TCE considera preocupante para a sustentabilidade orçamental futura da União.

Em reação aos resultados divulgados no relatório, o presidente do TCE, Tony Murphy, reconheceu os progressos alcançados, mas advertiu que “ainda existem demasiadas irregularidades nas despesas da UE” e que as lições deste relatório deverão ser aplicadas na preparação do próximo quadro orçamental, a partir de 2028, de modo a reforçar a transparência e a gestão sustentável dos recursos públicos europeus.

Comissão Europeia publica orientações para apoiar a implementação do Fundo Social para o Clima

A Comissão Europeia apresentou novas orientações destinadas a ajudar os Estados-Membros na aplicação do Fundo Social para o Clima (FSC) e na conclusão dos respetivos Planos Sociais para o Clima (PSC), instrumentos que são essenciais para garantir uma transição justa para uma economia mais verde na União Europeia.

Com início previsto para 2026 e um orçamento superior a 86 mil milhões de euros, o Fundo Social para o Clima pretende apoiar famílias vulneráveis e pequenas empresas na adaptação a energias e transportes mais limpos, financiando medidas como a renovação energética de edifícios e a redução dos custos de mobilidade sustentável. Este fundo será financiado pelas receitas do novo sistema de comércio de emissões para combustíveis (ETS2).

As novas orientações definem princípios fundamentais para a execução do fundo, incluindo pagamentos baseados em resultados, governação inclusiva com envolvimento de autoridades locais e sociedade civil, transparência na utilização dos recursos e mecanismos de controlo contra fraude e corrupção. A Comissão também recomenda que os Estados-Membros integrem os seus PSC nos Planos de Parceria Nacionais e Regionais, de modo a garantir investimentos mais direcionados.

Os países da UE deverão submeter os seus Planos Sociais para o Clima à Comissão para aprovação, podendo solicitar o primeiro pagamento a partir de julho de 2026, após demonstrarem o cumprimento dos objetivos acordados.

Pode saber mais [aqui](#).



A Federação dos Editores Europeus e 29 organizações apelam ao Conselho da UE para reverter os cortes orçamentais propostos

A Federação dos Editores Europeus, juntamente com outras 29 redes e organizações culturais europeias, junta-se à Culture Action Europe e insta o Conselho da União Europeia a reverter os cortes propostos de 27,56 milhões de euros nas dotações de autorização e de 9,86 milhões de euros nas dotações de pagamento previstos para o programa Europa Criativa no exercício financeiro de 2026.

A coligação enviou uma carta conjunta a Mette Frederiksen, primeira-ministra da Dinamarca, aos ministros das Finanças dos Estados-Membros da UE e aos ministros da Cultura dos Estados-Membros da UE, salientando a importância do programa Europa Criativa no apoio às artes, à cultura, ao património cultural e aos setores criativos na Europa.

Os signatários salientaram que, apesar da sua dotação financeira muito modesta, que representa atualmente apenas 0,2 % do orçamento total da UE (2,44 mil milhões de euros ao longo de sete anos), o programa Europa Criativa teve um impacto mensurável e estratégico. De acordo com o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, cada euro investido no programa gera um retorno estimado de 11 euros no PIB.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre esta iniciativa.

Europa Criativa reforça apoio à cultura ucraniana com 7 milhões de euros

A União Europeia [reforçou](#) o seu compromisso com os setores culturais e criativos da Ucrânia, elevando o financiamento do programa Europa Criativa para 7 milhões de euros no período de 2024-2025. O novo apoio resulta da seleção de quatro projetos de grande dimensão – ZMINA Resilience, Culture Helps, Culture Horizons e UAxEU (programa de intercâmbio cultural da Ucrânia com a UE) – que visam apoiar organizações culturais ucranianas, bem como artistas e profissionais que enfrentam as consequências da guerra de agressão da Rússia.

Este reforço financeiro segue-se ao convite especial lançado pela Comissão Europeia em outubro de 2024, inicialmente dotado de 5 milhões de euros, ao qual se acrescentaram 2 milhões de euros adicionais anunciados pelo Comissário para a Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto, Glenn Micallef, durante a Conferência de Recuperação da Ucrânia, em julho de 2025. A iniciativa insere-se na abordagem da [Equipa Europa para o Património Cultural na Ucrânia](#), que visa reforçar a cooperação entre a UE e os seus parceiros culturais.

LUX Prémio do Público 2026: Revelada a lista dos filmes pré-selecionados

Foi revelada, durante a sessão plenária do Parlamento desta semana em Estrasburgo, a lista dos filmes nomeados para a final dos Prémios do Público LUX, criados pelo Parlamento Europeu para celebrar as produções cinematográficas europeias que abordam valores centrais da União como a democracia, a liberdade e a diversidade.

A lista dos nomeados integra os filmes *“Christy”* do realizador irlandês Brenden Canty; *“Surda”*, da diretora espanhola Eva Libertad; *“It Was Just an Accident”* do realizador iraniano Jafar Panahi; *“Love Me Tender”* da realizadora francesa Cazenave Cambet e *“Sentimental Value”*, do cineasta norueguês Joachim Trier.

A cerimónia de anúncio do vencedor do LUX Prémio do Público 2026 terá lugar no hemiciclo do Parlamento Europeu, em Bruxelas, em meados de abril de 2026.

Pode consultar [aqui](#) a lista dos filmes nomeados.



Conselho da UE aprova posição para incentivar investimentos em defesa no orçamento europeu

O Conselho da União Europeia [aprovou](#) a sua posição sobre uma proposta destinada a incentivar investimentos relacionados com a defesa no orçamento da UE, no âmbito do plano [ReArm Europe](#), que visa reforçar as despesas e capacidades militares europeias.

A iniciativa pretende facilitar investimentos mais rápidos, flexíveis e coordenados na base tecnológica e industrial de defesa (EDTIB), alterando cinco regulamentos da UE: Programa Europa Digital, Horizonte Europa, Fundo Europeu de Defesa, Mecanismo Interligar a Europa e Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP).

Para os regulamentos destes programas, o Conselho manteve a orientação geral da proposta da Comissão, mas introduziu ajustes nas regras de elegibilidade para atividades de defesa e de dupla utilização no Horizonte Europa, por forma a garantir uma maior coerência com outros instrumentos europeus do setor.

Com a aprovação do mandato, a Presidência da UE irá iniciar em breve negociações com o Parlamento Europeu, visando alcançar um acordo final ainda este ano.

Parlamento Europeu pede resposta unida da UE às provocações e ameaças híbridas da Rússia

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução que exige uma resposta coordenada e firme da União Europeia às recentes violações do espaço aéreo e atos de sabotagem atribuídos à Rússia. Os eurodeputados condenaram as ações ofensivas levadas a cabo pela Rússia contra países da UE e da NATO, bem como os ataques com drones a infraestruturas críticas na Dinamarca, Suécia e Noruega, tendo classificando estas atividades como parte de uma “guerra híbrida sistemática”.

Os eurodeputados apelam ao reforço das sanções contra Moscovo e os seus aliados, com o objetivo de reduzir a capacidade da Rússia de prosseguir a guerra contra a Ucrânia. Sublinhando a necessidade de regair com firmeza às provocações russas, o Parlamento Europeu defende que a UE deve agir com determinação e coesão, garantindo que qualquer violação da soberania de um Estado-Membro seja respondida de forma imediata e proporcional.

A resolução destaca a necessidade urgente de avançar para uma verdadeira União Europeia da Defesa, o que implica reforçar a cooperação com a Ucrânia no desenvolvimento de tecnologias e contramedidas contra drones. Por fim, o Parlamento apela a um maior investimento em segurança aérea, defesa cibernética e coordenação civil-militar, de modo a garantir que a Europa possa responder de forma eficaz às ameaças híbridas da Rússia.

Pode conhecer [aqui](#) a resolução aprovada com mais detalhe.



Desporto

Parlamento Europeu defende um modelo desportivo mais transparente, inclusivo e solidário

O Parlamento Europeu [aprovou](#), com 552 votos a favor, 52 contra e 35 abstenções, uma resolução que irá contribuir para a implementação da nova estratégia da Comissão Europeia em matéria de desporto e atividade física. O texto apela a uma reforma profunda da governação desportiva, com mais transparência, responsabilização e participação de atletas, adeptos e pessoas com deficiência nas decisões das federações. Durante a discussão sobre as medidas contempladas na resolução, os eurodeputados pediram também mais medidas para combater a sub-representação das mulheres em cargos de liderança e reforçar os direitos dos atletas, especialmente dos menores.

A resolução alerta para desafios que ameaçam o modelo desportivo europeu, como a corrupção, a manipulação de resultados, o doping, bem como novos riscos ligados ao investimento estrangeiro e à multipropriedade de clubes. Quanto à conjugação das competições nacionais com as internacionais, os eurodeputados manifestaram-se contra a realização de jogos competitivos nacionais no estrangeiro e defenderam que os clubes devem libertar os atletas para representar as seleções nacionais.

Para reduzir o fosso entre o desporto profissional e o de base, os eurodeputados propuseram também mecanismos de solidariedade financeira e de redistribuição entre clubes, ligas e modalidades, além de um reforço significativo do financiamento do programa Erasmus+ dedicado ao desporto. A resolução foi elaborada após um processo de consulta decorrido em março de 2025, que contou com a contribuição de federações, equipas e o Comité das Regiões, e pretende consolidar um modelo desportivo europeu mais justo, sustentável e centrado nos valores da solidariedade e inclusão.



Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

Parlamento Europeu pede reforço da aliança da UE com América Latina e Caraíbas

Esta semana, o Parlamento Europeu aprovou em sessão plenária um relatório instando a União Europeia a reativar e fortalecer proativamente os laços com a América Latina e as Caraíbas (ALC). O relatório foi aprovado com 354 votos a favor, 195 contra e 77 abstenções.

O relatório sublinha a necessidade imperiosa de reforçar a cooperação birregional, incentivando a UE e a ALC a falarem com uma só voz na cena internacional e a renovarem o compromisso político em altos níveis, destacando a [próxima cimeira UE-CELAC](#) de novembro como uma oportunidade para fazê-lo.

No plano económico, o relatório elogia o Acordo de Parceria UE-Mercosul e incentiva a intensificação de investimentos estratégicos, incluindo iniciativas como a Global Gateway, para fortalecer a presença europeia frente a concorrentes como China e Rússia, respeitando valores da UE como direitos humanos, transparência e sustentabilidade ambiental.

Por fim, os deputados defendem que a UE e a CELAC adotem uma posição unificada sobre crises internacionais, incluindo a condenação da guerra na Ucrânia e a promoção de ações humanitárias e de paz em Gaza.

Pode saber mais [aqui](#).

UE atinge meta do Global Gateway dois anos antes do previsto e anuncia nova ambição até 2027

Na abertura do [Fórum Global Gateway](#) 2025 decorrido esta semana em Bruxelas, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou que a Equipa Europa, que reúne a União Europeia, os Estados-Membros e as instituições financeiras, já mobilizou mais de 306 mil milhões de euros para projetos de cooperação estratégica em apenas quatro anos. Este valor permitirá atingir a meta inicialmente prevista para 2027 com dois anos de antecedência. Na sua intervenção, a presidente da Comissão acrescentou ainda que a nova ambição da UE é superar os 400 mil milhões de euros até 2027, de modo a consolidar o papel da Europa como líder mundial em investimento sustentável.

A edição deste ano do fórum reuniu 12 chefes de Estado e Governo e mais de 70 ministros de África, América Latina e Caraíbas, tendo servido de plataforma para firmar compromissos políticos em projetos concretos de desenvolvimento e conectividade sustentável entre a Europa e os restantes continentes.

Entre os projetos de cooperação destacados estão o Corredor de Lobito, que ligará Angola, Zâmbia e República Democrática do Congo, reduzindo drasticamente o tempo de transporte de mercadorias, e os investimentos em infraestruturas de transporte na Ucrânia e Moldávia, essenciais para o escoamento de cereais. A estratégia também apoia iniciativas de energia limpa, transição digital e segurança hídrica em regiões como África, América Latina e o Médio Oriente.

Durante o evento, Ursula von der Leyen anunciou ainda a criação do Centro de Investimento Global Gateway, que irá facilitar o acesso de empresas europeias ao financiamento e à partilha de riscos com o setor público. Durante o fórum, foi ainda assinado um acordo de cooperação entre a Comissão Europeia e o Grupo Banco Mundial, que visa consolidar o compromisso europeu de mobilizar capital privado e de transformar o Global Gateway num motor global de crescimento sustentável e de parcerias estratégicas.

Pode saber mais [aqui](#).



Economia, Comércio e Concorrência

UE e Marrocos acordam alargamento do tratamento tarifário preferencial ao Saara Ocidental

A União Europeia e o Reino de Marrocos chegaram a um acordo para alargar o tratamento tarifário preferencial ao território do Saara Ocidental, assegurando a continuidade das trocas comerciais e maior previsibilidade para os operadores económicos. O acordo será aplicado provisoriamente a partir de 3 de outubro de 2025, reforçando a cooperação económica entre ambas as partes.

O novo regime estabelece que as provas de origem e a rotulagem dos produtos indiquem claramente a região de produção (Dakhla e Laayoune) garantindo transparência e que os beneficiários locais usufruam das vantagens do tratamento preferencial. Este quadro visa promover o desenvolvimento económico regional e consolidar as boas práticas comerciais no âmbito das relações UE–Marrocos.

O acordo representa mais um passo no fortalecimento da parceria de longa data entre a União Europeia e Marrocos. Nas próximas semanas, serão travadas discussões no Conselho da UE e no Parlamento Europeu sobre o acordo. Além disso, tanto a UE como Marrocos reiteraram a intenção de aprofundar a cooperação bilateral nos próximos meses, com vista à celebração de um Acordo de Parceria Estratégica com Marrocos, que deverá ser anunciada em breve.

O texto completo do Acordo e da Declaração pode ser [aqui](#) consultado.

Taxa de poupança das famílias na zona euro sobe para 15,4% no 2.º trimestre de 2025

A taxa de poupança das famílias na zona euro aumentou para 15,4% no segundo trimestre de 2025, face aos 15,2% registados no trimestre anterior, segundo dados preliminares divulgados esta semana pelo Eurostat. O aumento reflete o facto de o consumo das famílias ter crescido mais lentamente (+0,7%) do que o rendimento disponível bruto (+1,0%).

Em contrapartida, a parte dos lucros das empresas não financeiras recuou ligeiramente, de 39,3% para 39,1%, influenciada pelo aumento dos custos laborais e fiscais (+1,1%), que superaram o crescimento do valor acrescentado bruto (+0,9%).

Já a taxa de investimento das empresas desceu de 22,1% para 21,6%, refletindo uma queda de 1,4% na formação bruta de capital fixo, apesar do aumento do valor acrescentado. Segundo o Eurostat, as variações pontuais observadas em anos anteriores continuam a estar associadas ao impacto das importações de produtos de propriedade intelectual no contexto da globalização.

Pode conferir [aqui](#) os dados publicados.

Balança corrente da UE regista excedente de 81 mil milhões de euros no segundo trimestre de 2025

De acordo com os dados divulgados esta semana pelo Eurostat, a União Europeia registou um excedente de 81,0 mil milhões de euros na sua balança corrente no segundo trimestre de 2025, o que corresponde a 1,7% do PIB. Apesar de se ter mantido positivo, o saldo recuou face ao primeiro trimestre do ano (+113,8 mil milhões de euros, ou 2,5% do PIB) e ao mesmo período de 2024 (+120,8 mil milhões de euros, ou 2,7% do PIB), o que reflete uma desaceleração nas exportações líquidas de bens e serviços em toda a UE.

A análise mostra também que o excedente no comércio de bens caiu para 85,8 mil milhões de euros, face aos 113,6 mil milhões no trimestre anterior, enquanto o comércio de serviços registou um excedente de 38,4 mil milhões, também abaixo dos 46,4 mil milhões do primeiro trimestre de 2025. Por sua vez, o défice da conta de rendimentos primários diminuiu ligeiramente, para 14,7 mil milhões de euros, ao passo que o défice da conta de rendimentos secundários aumentou para 28,5 mil milhões. A conta de capital, que anteriormente apresentava um pequeno excedente, passou a registar um défice de 12,3 mil milhões de euros, contribuindo para o abrandamento do saldo global.

Em termos de relações externas, a UE manteve excedentes da balança comercial significativos com o Reino Unido (+69,5 mil milhões de euros), a Suíça (+36,3 mil milhões), o Canadá (+10,9 mil milhões) e o Brasil (+7,7 mil milhões), enquanto apresentou défices expressivos com a China (-47,3 mil milhões) e os Estados Unidos (-13,1 mil milhões). A nível interno, quinze Estados-Membros registaram saldos positivos,

com destaque para a Alemanha (+44,9 mil milhões), a Irlanda (+19,5 mil milhões) e a Espanha (+14,7 mil milhões), enquanto França (-11,5 mil milhões) e Roménia (-7,9 mil milhões) lideraram a lista de países europeus com défice financeiro.

Pode consultar [aqui](#) os dados de forma mais detalhada.

Comissão enaltece impacto transformador do Mecanismo de Recuperação e Resiliência na economia da UE

Com o aproximar do prazo final do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) (MRR), a Comissão Europeia publicou o seu [quarto relatório](#) anual sobre o instrumento financeiro, que sublinha o seu papel fundamental na promoção de reformas estruturais e na consolidação da recuperação económica em toda a EU.

Enquanto pilar central do NextGeneration EU, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) já desembolsou 367 mil milhões de euros aos Estados-Membros, servindo de instrumento para impulsionar reformas e investimentos que fortalecem a transição ecológica e digital e reforçam a resiliência das economias europeias.

Entre os progressos registados com a aplicação deste instrumento destacam-se a instalação de mais de 900 mil estações de carregamento de veículos não poluentes e a ligação de 16 milhões de lares à Internet de alta velocidade na União Europeia. Além disso, o mecanismo revelou-se crucial para levar a cabo reformas estruturais em áreas como a digitalização dos serviços públicos, a melhoria do mercado de trabalho e o reforço da educação.

Com o prazo final do MRR estabelecido para 2026 e uma dotação total de 650 mil milhões de euros, a Comissão Europeia apela aos Estados-Membros para acelerarem a execução dos seus Planos de Recuperação e Resiliência, garantindo o cumprimento de todos os marcos e metas dentro do prazo previsto.

Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).

Comissão Europeia insta oito Estados-Membros a transporem alterações às regras sobre liquidação e serviços de pagamento

A Comissão Europeia abriu processos de infração contra a Bélgica, Grécia, Espanha, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal e Roménia por não terem transposto para o direito nacional as alterações à Diretiva relativa ao caráter definitivo da liquidação e à 2.ª Diretiva relativa aos serviços de pagamento.

As modificações, introduzidas pelo [Regulamento \(UE\) 2024/886](#) sobre pagamentos instantâneos, visam permitir que instituições de pagamento e de moeda eletrónica não bancárias participem em sistemas de pagamento designados, de modo a garantir maior eficiência e concorrência na liquidação de transações, especialmente nos pagamentos instantâneos.

Segundo a Comissão, os oito Estados-Membros não adotaram nem notificaram as medidas de transposição necessárias, o que levou ao envio de cartas de notificação formal. Cada país dispõe agora de dois meses para responder e corrigir as falhas identificadas.

Ministros das finanças da zona euro reúnem-se em reunião do Eurogrupo

Esta semana, os ministros das finanças dos Estados-membros da zona euro reuniram-se no Luxemburgo, sob a presidência de Pascal Donohoe, presidente do Eurogrupo.

Durante o encontro, foi discutida a situação macroeconómica europeia, a política orçamental dos países da zona euro e foram iniciados os preparativos para as reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em Washington. Além disso, foram também discutida a União do Mercado de Capitais, tendo sido avaliado o seu desempenho e os progressos alcançados a nível europeu.

Portugal marcou presença nesta reunião através da Secretária de Estado da Administração Pública, Marisa Garrido e a Comissão Europeia foi representada por Maria Luís Albuquerque, Comissária europeia para os Serviços Financeiros e União de Poupança e Investimentos.

Pagamentos imediatos em euros tornam-se realidade em toda a área do euro

A partir desta semana, as transferências em euros passam a ser processadas em segundos, a qualquer hora e em qualquer dia da semana, graças à entrada em vigor das novas regras da União Europeia sobre pagamentos imediatos. Com esta mudança, os cidadãos e empresas podem enviar e receber dinheiro instantaneamente, tanto dentro do próprio país como em toda a área do euro.

Desde janeiro de 2025, todos os prestadores de serviços de pagamento (PSP) na zona euro são obrigados a disponibilizar a receção de pagamentos imediatos. Agora, estes passam também a ter de oferecer o envio dessas transferências e o novo serviço de verificação do beneficiário, que confirma se o nome do destinatário corresponde ao IBAN indicado, reforçando assim a segurança e a proteção contra fraudes.

Os pagamentos imediatos deverão ter o mesmo custo que uma transferência bancária tradicional, o que torna o serviço mais acessível. A medida promete impulsionar a economia europeia, ao aprimorar a gestão de tesouraria das empresas e tornar mais fácil o dia a dia dos cidadãos, que passam a ter acesso instantâneo ao seu dinheiro, inclusive em situações de emergência.

A partir de 2027, as novas obrigações serão alargadas aos prestadores de serviços de pagamento fora da área do euro. No entanto, a Comissão Europeia deixa a garantia de que continuará a monitorizar os custos e a acessibilidade do sistema para garantir que os pagamentos imediatos se mantenham rápidos, seguros e acessíveis a todos.

Pode conhecer melhor esta medida [aqui](#).

Fiscalidade: UE mantém lista de jurisdições fiscais não cooperantes sem alterações

O Conselho da União Europeia [confirmou](#) a atualização sem alterações da lista de jurisdições fiscais não cooperantes, que continua a incluir 11 países e territórios: Samoa Americana, Anguila, Fiji, Guam, Palau, Panamá, Rússia, Samoa, Trinidad e Tobago, Ilhas Virgens Americanas e Vanuatu. Apesar de alguns progressos, o Conselho lamentou a falta de cooperação plena destas jurisdições e apelou a melhorias nos respetivos quadros legais.

Paralelamente, foi atualizado o documento sobre a situação atual (anexo II), que reconhece os compromissos assumidos por várias jurisdições para reforçar a boa governação fiscal. O Vietname foi removido desta lista após cumprir os seus compromissos, enquanto a Gronelândia, a Jordânia, Marrocos e o Montenegro assumiram novas promessas de reforçar a transparência e o intercâmbio de informações fiscais.

A lista da UE de jurisdições fiscais não cooperantes foi criada em 2017 e faz parte da estratégia europeia para promover a transparência e a justiça fiscal a nível global. É revista duas vezes por ano, sendo a próxima atualização prevista para fevereiro de 2026.



35 % das regiões da UE cumpriram o objetivo da UE em matéria de ensino superior

A meta [a nível](#) da UE estabelece que, até 2030, pelo menos 45 % dos jovens da UE com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos deverão ter concluído o ensino [superior](#) (níveis 5-8 da [CITE](#)). Em 2024, 44,2 % deste grupo etário tinha atingido o nível de ensino superior. Das 242 regiões classificadas no nível 2 da [Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas](#) (NUTS 2) com dados disponíveis, 84 regiões já tinham atingido ou ultrapassado a meta da UE (como mostram os 3 tons de maruca no mapa).

No topo da distribuição, 25 regiões comunicaram que pelo menos 57,5% das pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos tinham atingido o nível terciário.

No outro extremo da escala, 24 regiões registaram menos de 26,5 % das pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos como tendo concluído o ensino superior, integrando a Região Autónoma dos Açores este grupo de regiões.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada.



As regiões e os municípios são fundamentais para alinhar as necessidades locais com a agenda de competências da Europa

O Comité das Regiões Europeu (CR), juntamente com o Centro da OCDE para o Empreendedorismo, as PME, as Regiões e os Municípios, lançou o relatório intitulado «[The Role of Subnational Governments in Adult Skills Systems](#)» [O papel dos governos infranacionais nos sistemas de competências para adultos], que sublinha a importância das abordagens locais e territoriais na construção da União Europeia das Competências, durante uma conferência de alto nível realizada em 1 de outubro no CR.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este evento.

10,8% dos trabalhadores da UE ultrapassaram as 45 horas semanais no 2.º trimestre de 2025

Esta semana o Eurostat publicou uma estatística que revela que durante o segundo trimestre de 2025, 10,8% dos trabalhadores da União Europeia com idades entre os 20 e os 64 anos trabalharam mais de 45 horas por semana, considerando o emprego principal e o secundário.

As diferenças do número de horas de trabalho semanais entre países são significativas. A Grécia apresentou a maior proporção de trabalhadores com longas jornadas semanais (20,9%), seguida de Chipre (16,6%) e Malta (14,6%). Em contraste, os valores mais baixos foram registados na Bulgária (2,5%), Letónia (4,1%) e Roménia (5,9%), revelando disparidades marcadas no tempo de trabalho entre os Estados-Membros.

A maioria dos trabalhadores da UE enquadrou-se na faixa das 20 a 44 horas semanais, que abrangeu 72,3% do total de empregados. Este padrão foi particularmente predominante na Bulgária (92,8%), Roménia (90,6%) e Letónia (86,9%).

Já o trabalho a tempo parcial, até 19 horas por semana, representou 16,9% das pessoas empregadas. As proporções mais elevadas deste tipo de emprego foram observadas nos Países Baixos (26,8%), na Dinamarca (25,5%) e na Áustria (25,3%), enquanto as mais baixas se verificaram na Roménia (3,5%), Bulgária (4,6%) e Grécia (6,1%).

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Parlamento Europeu prepara negociações para melhorar condições de trabalho de estagiários

O Parlamento Europeu aprovou um [mandato](#) para negociar com os Estados-Membros alterações às regras da UE sobre estágios, com o objetivo de garantir condições de trabalho adequadas e combater práticas abusivas, como o disfarce de empregos normais como estágios.

O mandato estabelece que os estagiários devem ter contratos escritos claros, definindo remuneração, duração, tarefas, objetivos de aprendizagem e proteção social, incluindo acesso a seguro de saúde. Os eurodeputados defendem que os estágios devem ser limitados em duração e de nível básico, e que todos os tipos de estágios (exceto os obrigatórios para fins académicos ou profissionais) sejam abrangidos pelas novas regras.

Segundo o mandato aprovado pelo Parlamento, os estágios não remunerados, sem formação ou sem orientação e avaliação serão considerados abusivos, e as organizações deverão designar uma pessoa de referência para aconselhamento e apoio aos estagiários em caso de suspeita de práticas irregulares.

Com o mandato do Parlamento e a posição do Conselho já definidos, iniciam-se agora as negociações interinstitucionais para definir a versão final das novas regras sobre estágios na UE.

Pode saber mais [aqui](#).



Energia

Comissão Europeia aprova novo regime austríaco para reforçar a segurança do abastecimento elétrico

A Comissão Europeia aprovou um regime austríaco destinado a garantir a segurança do fornecimento de eletricidade, em conformidade com as regras da UE sobre auxílios estatais. O regime, que terá uma duração de cinco anos a partir de outubro de 2026, prolonga e moderniza a atual reserva de rede, introduzindo contratos mais flexíveis e mecanismos que favorecem a participação de pequenos produtores e consumidores capazes de ajustar o consumo em períodos de elevada procura.

Ao mesmo tempo, o acordo irá permitir manter capacidade elétrica em reserva fora do mercado, pronta para ser ativada quando houver congestionamentos ou desequilíbrios na rede. Poderão beneficiar do regime centrais elétricas, instalações de armazenamento e prestadores de serviços de resposta à procura, que receberão subvenções diretas por megawatt disponível e pagamentos pelos custos operacionais quando a capacidade for acionada. Os custos do sistema serão repartidos entre os consumidores através das tarifas de rede.

A Comissão concluiu que o regime é necessário, adequado e proporcional para reforçar a segurança do abastecimento e evitar perturbações no mercado da eletricidade. A decisão reconhece o contributo do plano para um sistema energético mais resiliente, sustentável e estável, alinhado com os objetivos da União Europeia em matéria de energia e clima.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações.

Conselho da UE aprova posição sobre regras modernizadas para Instrumentos de Medição

O Conselho da União Europeia aprovou a sua posição sobre a atualização da Diretiva de Instrumentos de Medição (MID), com o objetivo de apoiar a transição ecológica e digital. As alterações abrangem dispositivos como carregadores de veículos elétricos, distribuidores de gás comprimido e contadores de eletricidade, gás e energia térmica.

A posição do Conselho clarifica requisitos de exibição dos resultados de medição, permitindo visores remotos, ecrãs de veículos ou smartphones, e harmoniza os critérios para dispositivos de conversão de energia, com erro máximo admissível de 0,05 %. Além disso, elimina restrições na aplicação de carregadores de veículos elétricos, abrangendo também transportes ferroviários, marítimos e aéreos, e facilita a substituição de cabos sem comprometer o desempenho.

O Conselho definiu ainda um período de transição de 12 anos, garantindo que os certificados nacionais existentes permanecem válidos, e prorrogou a aplicação das novas regras de 24 para 30 meses para permitir a adaptação da legislação nacional.

O mandato aprovado permite à Presidência do Conselho entrar em negociações diretas com o Parlamento Europeu, assim que este definir a sua posição, com o objetivo de harmonizar e aplicar as regras modernizadas em todos os Estados-Membros da UE.

Pode saber mais [aqui](#).



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Comissão Europeia publica orientações para aplicação das novas regras sobre transparência na propaganda política

A Comissão Europeia divulgou esta semana [orientações](#) destinadas a apoiar a aplicação efetiva do novo [Regulamento da UE sobre Transparência e Direcionamento da Propaganda Política](#), que entra em vigor a partir desta sexta-feira, 10 de outubro. As orientações fornecem explicações práticas e passos claros para ajudar partidos, candidatos, plataformas e prestadores de serviços de publicidade política a cumprir as novas obrigações.

O regulamento estabelece normas comuns de transparência para anúncios políticos, tanto online como offline, exigindo que sejam claramente identificados e incluam informações básicas sobre o financiador, o montante pago e eventuais critérios de direcionamento. As novas regras não restringem o conteúdo político nem a liberdade de expressão, mas visam garantir que os cidadãos reconheçam facilmente a propaganda paga e possam formar opiniões informadas, de modo a reforçar a integridade dos processos eleitorais.

Para assegurar uma implementação uniforme do regulamento em toda a UE, a Comissão irá colaborar estreitamente com os Estados-Membros e os operadores económicos, através da criação de uma rede de pontos de contacto nacionais e de um novo grupo de peritos dedicado ao acompanhamento da aplicação das regras. Um diálogo europeu sobre a execução está previsto para 2026, com o objetivo de recolher contributos e boas práticas.

Além disso, a Comissão criou ainda dois portais públicos: [um com as datas das eleições nos Estados-Membros](#) e outro que [lista os representantes legais dos prestadores de serviços de propaganda política com sede fora da União Europeia](#), de modo a reforçar a transparência da atividades de propaganda política.

Pode saber mais [aqui](#).

Pacote de infrações de outubro: decisões importantes

No seu pacote regular de decisões relativas a infrações, a Comissão Europeia toma medidas legais contra os Estados-Membros que não cumprem as suas obrigações ao abrigo do direito da UE. Estas decisões, que abrangem vários domínios políticos da UE, visam garantir a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas.

Pode consultar [aqui](#) as principais decisões tomadas pela Comissão apresentadas e agrupadas por domínio político.

A Comissão está também a encerrar 59 processos em que as questões com os Estados-Membros em causa foram resolvidas. Nestes casos, a Comissão não tem de prosseguir com o processo por infração.

Declaração da Alta Representante da UE e da Comissária para o Alargamento sobre as eleições na Geórgia

A Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Kaja Kallas e a Comissária europeia para o Alargamento Marta Kos emitiram declarações sobre o resultado das eleições na Geórgia, que decorreram no passado fim de semana.

Pode ler [aqui](#) as declarações.

Primeiro-ministro luxemburguês apela à renovação do compromisso da UE com o respeito pelas regras, direitos e valores

O primeiro-ministro do Luxemburgo, Luc Frieden, [apelou](#) ao reforço do compromisso europeu com a liberdade, a democracia e o Estado de direito, durante o seu discurso «Isto é a Europa» perante o Parlamento Europeu, na sessão plenária na passada terça-feira. O primeiro-ministro luxemburguês sublinhou que a Europa está a atravessar um momento crítico, marcado por mudanças tecnológicas, económicas, climáticas e fluxos migratórios, e que o sistema internacional baseado em regras e tratados, que sustentou o sucesso do continente nos últimos 80 anos, está neste momento a enfrentar pressões sem precedentes. Em relação a esta ideia, o político afirmou: “São poucos os que o defendem, muitos perderam a fé nele. Mas a Europa não pode desistir do sistema baseado em regras e do direito internacional”.

Luc Frieden destacou ainda a importância de acelerar o processo de adesão à UE para países candidatos, defendendo decisões claras sobre o Montenegro até 2026, e sublinhou o apoio europeu a uma paz justa e duradoura na Ucrânia. No domínio da defesa, felicitou as iniciativas da Comissão Europeia para reforçar o financiamento conjunto, as aquisições industriais e a base tecnológica do setor, e propôs que os Estados-Membros aproveitem a sua diversidade industrial para proteger os valores europeus frente a desafios externos.

O discurso “Isto é a Europa” é uma iniciativa do Parlamento Europeu que convida chefes de Estado e de Governo da União Europeia a apresentarem a sua visão sobre o futuro do projeto europeu, os principais desafios do continente e as prioridades políticas para o fortalecimento da União.

Pode assistir [aqui](#) ao discurso do primeiro-ministro do Luxemburgo, bem como às discussões que se seguiram com os eurodeputados.



Análise aprofundada para a Comissão Especial HOUS do Parlamento Europeu em que é abordada a construção e renovação nos mercados imobiliários da UE: desafios e oportunidades para garantir a acessibilidade

O setor da construção desempenha um papel fundamental na promoção do crescimento económico e na garantia da acessibilidade da habitação. No entanto, o setor enfrenta muitos desafios. É essencial conceber um quadro que permita o crescimento da produtividade, especialmente porque a força de trabalho está a diminuir. Além disso, é necessário encontrar soluções para a questão da escassez de terrenos e dos desincentivos à renovação para famílias mais velhas ou com baixos rendimentos, que não têm capacidade para suportar os custos de investimento.

Pode aceder [aqui](#) a uma análise aprofundada levada a cabo pelo [Serviço de Estudos do Parlamento Europeu](#) (EPRS) em que são discutidos os principais desafios da construção de novas habitações residenciais e da renovação das existentes, as implicações para a acessibilidade da habitação e que são apresentadas recomendações políticas para abordar estas questões. A reabilitação habitacional também é brevemente discutida.



Igualdade de género, LGBTQI+, Inclusão social e Migrações

Comissão Europeia apresenta nova Estratégia LGBTQI+ 2026-2030 para reforçar a igualdade e combater o ódio

A Comissão Europeia apresentou a nova [Estratégia para a Igualdade das Pessoas LGBTQI+ 2026-2030](#), que dá continuidade à [iniciativa lançada em 2020](#) e visa reforçar a proteção e os direitos das pessoas LGBTQI+ em toda a União Europeia. Apesar dos avanços na aceitação social, o relatório sublinha que a discriminação, a violência e o discurso de ódio ainda persistem na sociedade europeia.

A nova estratégia centra-se em três pilares principais: proteger contra todas as formas de violência, promover a igualdade de direitos e envolver a sociedade na valorização da diversidade. Entre as medidas previstas destacam-se o apoio aos Estados-Membros na proibição das práticas de conversão, a criação de um centro europeu de conhecimento sobre ódio online e um plano de ação da UE contra o cyberbullying.

A Comissão realça ainda o impacto económico da discriminação, estimando perdas de até 89 mil milhões de euros anuais em PIB, e anuncia um investimento de 3,6 mil milhões de euros em novos financiamentos através do programa [AgoraEU](#) para apoiar a igualdade e combater a violência de género.

Bruxelas apela agora aos Estados-Membros para adotarem planos nacionais de igualdade LGBTQI+ e compromete-se a acompanhar a implementação da estratégia, com uma revisão intercalar prevista para 2028.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações.

Parlamento torna mais flexível a suspensão de viagens sem visto para a UE

O Parlamento Europeu [aprovou](#) uma reforma do mecanismo de suspensão de vistos que torna mais flexível e eficaz a retirada temporária ou permanente do direito de viajar sem visto para a União Europeia. A nova legislação foi aprovada por 518 votos a favor, 96 contra e 24 abstenções e será aplicada aos [61 países](#) cujos cidadãos beneficiam atualmente de entrada sem visto no espaço Schengen por períodos curtos de até 90 dias. O objetivo é permitir uma resposta mais rápida e proporcional a riscos de segurança, aumentos irregulares de migração e de violações dos direitos humanos.

Entre as principais alterações, o Parlamento acrescentou novos motivos que podem levar à suspensão da isenção, incluindo ameaças híbridas como a instrumentalização de migrantes por parte de regimes estrangeiros, programas de “vistos gold” que levanten preocupações de segurança, violações do direito internacional ou do direito humanitário e o incumprimento de decisões de tribunais internacionais. As regras mantêm os critérios já existentes, como o aumento de crimes graves, de pedidos de asilo rejeitados ou de pessoas que excedem o tempo de permanência autorizado, fixando agora limiares concretos de 30% para aumentos substanciais e 20% para baixas taxas de reconhecimento de asilo.

A reforma introduz também a possibilidade de suspender a isenção de visto apenas para funcionários governamentais de países terceiros envolvidos em violações dos direitos humanos, reforçando o caráter dissuasor da medida.

O texto, previamente acordado entre o Parlamento e o Conselho, será agora submetido à aprovação formal do Conselho da UE e entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Sistema de Entrada/Saída da UE entra progressivamente em funcionamento em breve

A partir do próximo dia 12 de outubro, entra em funcionamento gradual o novo Sistema de Entrada/Saída (EES) da União Europeia, que substituirá o tradicional carimbo no passaporte por registos eletrónicos nas fronteiras externas do espaço comunitário. Durante um período de seis meses, os Estados-Membros começarão a utilizar o sistema em pontos de passagem escolhidos, registando eletronicamente os dados dos cidadãos de países terceiros que entram ou saem para estadias de curta duração, até 90 dias num período de 180 dias.

O EES visa modernizar o controlo de fronteiras, tornando as viagens mais rápidas e seguras, com o registo de dados biométricos e informações de entrada e saída. Os viajantes apenas terão de realizar registo completo apenas na primeira passagem, sendo as seguintes verificações mais rápidas. Alguns países poderão ainda optar por sistemas de autoatendimento para facilitar o processo. Durante a fase de transição, que decorre até abril de 2026, o carimbo físico continuará a ser utilizado paralelamente ao novo sistema.

A Comissão Europeia e a eu-LISA, agência responsável pela gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala, irão acompanhar de perto a implementação para garantir uma transição harmoniosa. Paralelamente, estão a ser conduzidas campanhas de informação em aeroportos, fronteiras e consulados, destinadas a preparar os viajantes para os novos procedimentos. A partir de 10 de abril de 2026, o novo Sistema de Entrada e Saída da UE estará operacional em todos os pontos de passagem e passará a ser o único meio de registo de entrada e saída no território da União Europeia.

Pode saber mais [aqui](#).



Indústria

Comissão propõe plano para proteger a indústria siderúrgica da UE dos impactos injustos da sobrecapacidade mundial

A Comissão Europeia [apresentou](#) uma proposta destinada a proteger a indústria siderúrgica da União Europeia dos efeitos negativos do excesso de capacidade mundial. O plano, que dá seguimento ao [Plano de Ação da UE para o Aço e os Metais](#), prevê limitar as importações isentas de direitos aduaneiros a 18,3 milhões de toneladas anuais, duplicar o direito aplicado às importações extraquota de 25% para 50% e reforçar a rastreabilidade com a introdução de um requisito de fundição e vazamento, de modo a evitar práticas de evasão.

A medida substituirá a atual salvaguarda do aço, que expira em junho de 2026, e responde aos apelos da indústria, dos trabalhadores e dos Estados-Membros para uma proteção mais robusta e permanente, em consonância com os objetivos de descarbonização e de manutenção de empregos de qualidade na UE.

Compatível com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), a proposta prevê a abertura de negociações com os parceiros comerciais afetados, ao abrigo do [artigo XXVIII do Acordo Geral de Tarifas e Comércio](#) (GATT) que permite que os países membros renegociem ou alterem os direitos aduaneiros inicialmente negociados e isenta os países do Espaço Económico Europeu (EEE) — Noruega, Islândia e Liechtenstein — de quaisquer quotas ou direitos aduaneiros. A Comissão compromete-se ainda a ter em conta os interesses específicos da Ucrânia, devido à sua situação de segurança excecional.

O texto seguirá agora para o Parlamento Europeu e para o Conselho, no âmbito do procedimento legislativo ordinário, com o objetivo de garantir uma proteção contínua e eficaz da indústria siderúrgica europeia após 2026.

Conselho apoia uso de incentivos fiscais para impulsionar tecnologias limpas e indústria europeia

O Conselho da União Europeia aprovou [conclusões](#) sobre a utilização de incentivos fiscais para promover as tecnologias limpas e apoiar a indústria no âmbito do Acordo Industrial Limpo da UE. As conclusões aprovadas respondem a uma recomendação da Comissão Europeia publicada em julho de 2025, que propõe medidas como créditos fiscais e amortização acelerada para impulsionar a descarbonização industrial e reforçar a competitividade europeia.

O Conselho acolheu favoravelmente a recomendação, destacando a importância de reanimar o dinamismo económico europeu e garantir que os incentivos sejam simples, eficazes e adaptados às realidades fiscais de cada Estado-Membro. Nas suas conclusões, o Conselho sublinha ainda a necessidade de flexibilidade na aplicação das medidas e encorajou os países da UE a avaliar a eficácia dos incentivos implementados e a partilhar boas práticas, com o apoio da Comissão.

Mais informações [aqui](#).



Instituições & União Europeia

Parlamento Europeu rejeita duas moções de censura à Comissão Europeia

O Parlamento Europeu [rejeitou](#), esta semana, duas moções de censura dirigidas à Comissão Europeia, que foram votadas separadamente em sessão plenária.

A primeira moção, [apresentada pelo grupo Patriotas pela Europa](#), foi chumbada com 378 votos contra, 179 votos a favor e 37 abstenções. Já a segunda moção, proposta pelo grupo [A Esquerda](#), teve 133 votos a favor, 383 votos contra e 78 abstenções, tendo sido igualmente rejeitada.

As votações ocorreram após um debate com a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, realizado esta segunda-feira, durante o qual os eurodeputados discutiram a atuação do executivo europeu e as críticas apresentadas pelos proponentes das moções.

Pode rever [aqui](#) o debate.

Declaração conjunta no seguimento do Conselho Conjunto e Ministerial UE - Conselho de Cooperação do Golfo

Os ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e da União Europeia (UE) realizaram a sua 29.ª reunião conjunta do Conselho e dos ministros.

Pode ler [aqui](#) a declaração conjunta emitida.

Discurso da Presidente da Comissão sobre as moções de censura

Durante sessão plenária do Parlamento desta semana, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, proferiu um discurso, a propósito das moções de censura a que a Comissão foi votada.

Pode ler [aqui](#) o discurso da Presidente da Comissão.

Discurso da Presidente da Comissão sobre resposta conjunta às violações russas do espaço aéreo dos Estados-Membros da UE

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, discursou na sessão plenária do Parlamento da passada quarta-feira, a propósito das recentes violações do espaço aéreo e das infraestruturas críticas da UE pela Rússia.

Pode ler [aqui](#) o discurso completo.

Declaração da Presidente von der Leyen sobre o anúncio de um acordo de cessar-fogo em Gaza e a libertação dos reféns

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, emitiu uma declaração na sequência do anúncio de cessar-fogo entre Israel e o Hamas, de acordo com o plano de paz para a Faixa de Gaza desenhado pelo presidente norte-americano Donald Trump.

Pode lê-la [aqui](#).



Investigação e inovação científica, ciência

UE e Japão reforçam cooperação em investigação e inovação no âmbito do Horizonte Europa

A União Europeia e o Japão concordaram em aprofundar a sua parceria em matéria de investigação e inovação, com o objetivo de concluir até ao final de 2025 as negociações sobre a associação do Japão ao programa [Horizonte Europa](#). O acordo permitirá que investigadores japoneses participem em condições de igualdade com os parceiros europeus nos projetos do Programa de Trabalho 2026/2027, especialmente no Pilar II, que apoia iniciativas nas áreas do clima, energia, mobilidade, digital, indústria, espaço e saúde.

O anúncio foi feito em Quioto durante o encontro entre a Comissária europeia para as Startups, Investigação e Inovação, Ekaterina Zaharieva, e o Ministro japonês de Estado para a Política Científica e Tecnológica, Minoru Kiuchi. Ambos destacaram a importância de unir esforços para enfrentar desafios globais e impulsionar a competitividade tecnológica. Segundo a Comissária, “a associação ao Horizonte Europa dará aos nossos investigadores a oportunidade de alcançar avanços que terão impacto direto na vida das pessoas, desde a energia e a saúde até às tecnologias do quotidiano”.

Durante a reunião, as duas partes também acolheram um relatório do Grupo de Peritos UE-Japão sobre Materiais Avançados, que identifica prioridades comuns nos setores da construção, energia, mobilidade, eletrónica e investigação baseada em dados.

Parceiros estratégicos há mais de duas décadas, a UE e o Japão reforçam assim a sua cooperação científica e tecnológica, consolidando um vínculo de inovação sustentável e de longo prazo.

Físico financiado pela UE recebe Prémio Nobel da Física 2025

O [Prémio Nobel da Física 2025](#) foi atribuído ao investigador Michel H. Devoret, juntamente com os cientistas John Clarke e John M. Martinis, pela descoberta do tunelamento macroscópico em mecânica quântica e quantificação de energia em circuitos elétricos.

Este investigador europeu tinha participado nas [Ações Marie Skłodowska-Curie](#) (MSCA), parte do programa Horizonte Europa, tendo supervisionado o projeto [Super MagneFiQuE](#) no domínio da eletrónica quântica supercondutora. Com este prémio, Devoret junta-se assim a mais de vinte bolseiros e supervisores MSCA que têm sido reconhecidos com prémios científicos de alto nível desde 2010.

As Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA), uma componente central do programa Horizonte Europa, promovem carreiras transnacionais de investigadores e fortalecem o Espaço Europeu da Investigação, incentivando investigadores à produção de avanços significativos em ciência e inovação.



Mar e Pescas

UE e São Tomé e Príncipe reforçam parceria sustentável no domínio das pescas

A União Europeia e São Tomé e Príncipe [assinaram](#) um novo protocolo de quatro anos que reforça uma parceria de mais de quatro décadas no domínio das pescas. O acordo permitirá que navios da UE capturem até 6 500 toneladas anuais de atum e outras espécies migratórias nas águas santomenses, consolidando o compromisso conjunto com a exploração responsável e sustentável dos recursos marinhos.

O protocolo prevê uma contribuição financeira total de 3,3 milhões de euros por parte da União Europeia, equivalente a 825 000 euros por ano. Deste montante, 500 000 euros anuais serão dedicados ao fortalecimento da gestão sustentável das pescas, à melhoria das capacidades de controlo e vigilância, e ao apoio à pesca artesanal e às comunidades piscatórias locais.

De acordo com o Comissário europeu para as Pescas e Oceanos, Costas Kadis, este novo protocolo “reforça o compromisso comum com uma pesca responsável e sustentável e demonstra o poder da cooperação na preservação do oceano”. O texto inclui também disposições destinadas a melhorar as condições de trabalho dos pescadores que operam em navios da UE, de modo a promover práticas laborais mais

seguras e equitativas. O protocolo começou a ser aplicado a partir do dia 6 de outubro de 2025 e entrará plenamente em vigor após a ratificação pelas duas partes, incluindo o consentimento do Parlamento Europeu.

Parlamento Europeu aprova protocolo de pesca de atum com a Costa do Marfim

O Parlamento Europeu deu esta semana luz verde ao novo protocolo de pesca entre a UE e a Costa do Marfim. Este protocolo irá permitir que 32 navios da UE capturem até 6.100 toneladas de atum por ano até 2029, mediante o pagamento de 740.000 euros anuais ao país africano. A aprovação deste protocolo foi alcançada com 520 votos a favor, 97 contra e 12 abstenções.

Do total dos montantes envolvidos no acordo, 305.000 euros irão servir para garantir o acesso de 25 atuneiros com redes de cerco e 7 palangreiros de superfície da Espanha, França e Portugal, enquanto 435.000 euros serão destinados a promover a pesca sustentável, apoiar a pesca artesanal, a aquicultura, reforçar infraestruturas e melhorar capacidades científicas e administrativas para atividade pesqueira.

O protocolo define também taxas para os armadores da UE, que vão de 80 a 85 euros por tonelada de capturas, além de pagamentos anuais pelas licenças de pesca.

Para garantir transparência na gestão dos fundos e fortalecer a cooperação contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU), será ainda criado um Comité Misto entre a UE e a Costa do Marfim.

Pode conhecer [aqui](#) melhor o protocolo aprovado.



Mobilidade

Parlamento Europeu prolonga isenção de portagens para camiões e autocarros com emissões zero até 2031

O Parlamento Europeu [aprovou](#) uma alteração específica à [Diretiva relativa à imposição de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas](#), que prolonga até 30 de junho de 2031 a possibilidade de isentar camiões e autocarros com emissões zero do pagamento de portagens e taxas de utilização nas estradas europeias. A proposta apresentada pela Comissão Europeia foi aprovada por 458 votos a favor, 182 contra e 11 abstenções e visa incentivar o investimento em veículos pesados movidos a energia limpa e acelerar a transição para um transporte rodoviário de baixas emissões de CO₂.

Os eurodeputados consideram que a extensão da medida reforça a competitividade dos veículos ecológicos, mantendo os custos operacionais mais baixos face aos veículos convencionais e contribuindo para atingir a meta europeia de redução de 43% das emissões de CO₂ dos veículos pesados até 2030. Embora a aplicação da isenção continue a ser opcional para os Estados-Membros, estes devem continuar a seguir os princípios de tarifação estabelecidos na legislação europeia caso optem por cobrar portagens.

O Parlamento decidiu tratar este processo em regime de urgência, de modo a garantir a entrada em vigor atempada da medida antes do termo do atual período de isenção, previsto para 31 de dezembro de 2025. O texto segue agora para aprovação formal pelo Conselho da União Europeia, etapa necessária para que a prorrogação se torne lei.

Comissão Europeia insta França e Portugal a cumprirem obrigações sobre intercâmbio de informações de infrações rodoviárias

A Comissão Europeia iniciou processos de infração contra a França e Portugal por não terem apresentado relatórios obrigatórios sobre o intercâmbio transfronteiriço de informações relativas a infrações rodoviárias, conforme previsto na [Diretiva 2015/413/UE](#).

A diretiva permite que os Estados-Membros identifiquem e processem condutores não residentes que cometam infrações como excesso de velocidade ou condução sob o efeito do álcool. De acordo com a diretiva, os países da UE devem comunicar regularmente à Comissão dados sobre as pesquisas automatizadas realizadas e o seguimento dado às infrações cometidas por veículos estrangeiros, informações consideradas essenciais para avaliar a eficácia das trocas de dados e o impacto na segurança rodoviária.

Segundo Bruxelas, França e Portugal não enviaram os relatórios exigidos, incluindo o mais recente, que tinha o prazo limite de 6 de maio de 2024. Por isso, a Comissão enviou cartas de notificação formal aos dois países, que dispõem agora de dois meses para responder e corrigir as falhas identificadas.

Caso não apresentem uma resposta satisfatória, a Comissão poderá emitir um parecer fundamentado, o passo seguinte no processo formal de infração.

Comissão Europeia leva Bulgária e Portugal ao Tribunal de Justiça por falhas na transposição das regras sobre destacamento de condutores

A Comissão Europeia decidiu instaurar uma ação contra a Bulgária e Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) por não terem transposto integralmente para o direito nacional as regras da UE relativas ao destacamento de condutores do setor do transporte rodoviário.

A [Diretiva \(UE\) 2020/1057](#), que deveria ter sido transposta até 2 de fevereiro de 2022, estabelece normas específicas para garantir uma remuneração justa e condições de trabalho adequadas aos motoristas, além de assegurar uma concorrência leal entre operadores e

combater práticas de emprego ilícitas. Segundo a Comissão, a falta de transposição por parte de Sofia e Lisboa cria incerteza jurídica e dificulta a aplicação coerente das regras sociais no setor em toda a União.

Apesar da insistência por parte da Comissão para que os visados procedessem à transposição das normas, a Comissão considerou insuficientes os esforços das autoridades búlgaras e portuguesas para corrigir a situação e, por isso, recorre agora ao TJUE, pedindo a aplicação de sanções financeiras.

Pode encontrar mais informações sobre os casos [aqui](#).

Voos comerciais em setembro aproximam-se dos níveis pré-pandemia

De acordo com uma estatística revelada esta semana pelo Eurostat, em setembro de 2025, a União Europeia registou 653 072 voos comerciais, o que representa um aumento de 2,6% face ao mesmo mês de 2024, e uma diminuição de 1,8% face aos níveis registados em 2019. Segundo a agência de estatística, a recuperação manteve-se constante ao longo deste verão, com crescimentos mensais entre 2,8% e 3,3%, o que contribuiu para aproximar o setor da aviação dos níveis de atividade pré-pandémicos.

De acordo com a estatística publicada, apenas 12 Estados-Membros já ultrapassaram os números de voos comparado a 2019, com destaque para o Chipre (+24,1%), a Polónia (+22,4%) e a Grécia (+21,4%). Por outro lado, países como a Letónia (-29,8%), a Suécia (-27,3%) e a Finlândia (-23,9%) ainda permanecem abaixo dos níveis de atividade registados antes da pandemia.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



Parlamento Europeu exige desbloqueio da ajuda humanitária no Afeganistão

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a crise humanitária no Afeganistão, na qual apela ao reforço urgente da ajuda às vítimas do terramoto de agosto na província de Kunar, que causou mais de 2 200 mortos e milhares de feridos. O texto, aprovado com 504 votos a favor, 74 contra e 30 abstenções, apela a que a ajuda chegue a todas as populações afetadas, sem discriminação.

Os eurodeputados denunciam as restrições impostas pelos talibãs, que têm bloqueado a entrega de ajuda a mulheres e raparigas, classificando este abandono deliberado como “crime contra a humanidade” e “apartheid de género”. O Parlamento apela à Comissão Europeia para reforçar o apoio da UE e trabalhar com ONG’s e parceiros regionais para contornar a interferência do regime e garantir o acesso da ajuda humanitária.

A resolução também insta a manter sanções específicas contra os líderes talibãs responsáveis por violações dos direitos humanos e a acelerar o acolhimento de defensores dos direitos humanos e jornalistas afegãos que aguardam asilo no Paquistão.

Pode saber mais [aqui](#).



UE lança duas novas estratégias para colocar a Europa na liderança da Inteligência Artificial

A Comissão Europeia apresentou esta semana duas estratégias para reforçar a posição da Europa na corrida global pela Inteligência Artificial (IA). A estratégia “Aplicar IA” visa acelerar a adoção da IA nos setores-chave da economia como saúde, energia e indústria e no setor público, enquanto a “Estratégia para a IA na ciência” pretende colocar a Europa na vanguarda da investigação científica impulsionada por IA.

Com um investimento inicial estimado em cerca de mil milhões de euros, as medidas propostas nas estratégias incluem a criação de centros de inovação, apoio às PME, e o desenvolvimento de modelos avançados de IA adaptados a diferentes setores. Paralelamente, a Comissão irá lançar a Aliança “Aplicar IA” e um Observatório de IA para monitorizar o impacto e promover a colaboração entre indústria, academia e sociedade civil no processo de desenvolvimento da Inteligência Artificial na UE.

Na vertente científica, será criado o novo instituto virtual RAISE financiado por cerca de 600 milhões de euros do programa Horizonte Europa e será responsável por coordenar recursos de IA e reter talento europeu em IA. Além disso, com estas estratégias a UE planeia duplicar os investimentos anuais em IA e reforçar o acesso dos investigadores ao poder computacional e a dados de alta qualidade.

As novas estratégias integram o [Plano de Ação para o Continente de IA](#) e serão acompanhadas por uma futura Estratégia para a União dos Dados, cuja apresentação está prevista para outubro de 2025.

Pode conhecer [aqui](#) as estratégias com mais detalhe.

Cibersegurança: Mais de uma quinta parte das empresas da UE sofreu incidentes de segurança digital em 2023

Segundo uma estatística revelada esta semana pelo Eurostat, em 2023, 21,5 % das empresas da União Europeia enfrentaram incidentes de segurança das TIC que provocaram consequências como a interrupção de serviços, destruição ou corrupção de dados e a divulgação de informações confidenciais.

Os países com maiores percentagens de empresas afetadas foram a Finlândia (42,2 %), Polónia (32,5 %) e Malta (28,7 %), enquanto os valores mais baixos foram registados na Áustria (11,5 %), Eslovénia (11,6 %) e Bulgária (12,1 %).

Os setores mais afetados por este tipo de ataques foram o fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado (28,8 %), informação e comunicação (27,9 %), atividades profissionais e técnicas (26,8 %), atividades imobiliárias (25,0 %) e gestão de água e resíduos (24,1 %).

O relatório sublinha ainda a necessidade crescente de reforço da cibersegurança nas empresas europeias, especialmente nos setores críticos e altamente digitalizados.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Comissão Europeia lança 204 milhões de euros para impulsionar a inovação digital na UE

A Comissão Europeia lançou novos convites à apresentação de projetos no valor de 204 milhões de euros, destinados a impulsionar a transformação digital em toda a União Europeia. O financiamento, no âmbito do [Programa Europa Digital](#), visa promover a adoção de tecnologias avançadas como inteligência artificial (IA), megadados e soluções digitais seguras e coloca-las ao serviço de empresas, administrações públicas, do setor automóvel e dos serviços de saúde.

Entre os projetos, destaca-se a atribuição de 15 milhões de euros para desenvolver a [Carteira de Identidade Digital Europeia e as cartas de condução móveis](#), bem como investimentos significativos em dados genómicos (22,5 milhões de euros), IA na imagiologia médica (14,4 milhões) e centros de inovação digital (87 milhões) que irão ajudar empresas a modernizar processos e a fortalecer competências digitais dos seus trabalhadores.

Esta iniciativa surge na sequência da atualização do Programa de Trabalho DIGITAL 2025-2027, de modo a garantir que os investimentos da UE acompanham a evolução tecnológica e reforcem a autonomia digital a nível europeu.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações.

Comissão Europeia investiga proteção de menores em grandes plataformas digitais

A Comissão Europeia [iniciou](#) hoje as primeiras ações de investigação ao abrigo da Lei dos Serviços Digitais (DSA) para avaliar as salvaguardas de proteção de menores em plataformas como Snapchat, YouTube, Apple App Store e Google Play. As empresas foram instadas a fornecer informações sobre os seus sistemas de verificação da idade e as medidas adotadas para impedir o acesso de menores a conteúdos e produtos ilegais ou nocivos, como drogas, cigarros eletrónicos e materiais que promovem distúrbios alimentares.

Em relação às lojas de aplicações (Apple App Store e Google Play), a Comissão está a solicitar informações sobre a forma como estas gerem o risco de os utilizadores, incluindo menores, poderem descarregar aplicações ilegais ou prejudiciais, incluindo aplicações de jogos de azar e ferramentas para criar conteúdos sexualizados não consensuais, as chamadas «aplicações nudify».

A investigação pretende determinar se as medidas atualmente em vigor são eficazes e cumprem as orientações da Lei dos Serviços Digitais.

A Comissão, em cooperação com as autoridades nacionais, está também a adotar novas medidas para identificar as plataformas digitais que apresentam maior risco para as crianças e garantir a aplicação eficaz das orientações sobre a proteção de menores.

UE reforça rede de Fábricas de IA e consolida ambição de liderança tecnológica

A Comissão Europeia anunciou a expansão da rede europeia de Fábricas de Inteligência Artificial (IA), com a criação de seis novas unidades na República Checa, Lituânia, Países Baixos, Roménia, Espanha e Polónia. Com esta terceira vaga, a rede passa a contar com 19 Fábricas de IA em 16 Estados-Membros, consolidando o objetivo da UE de se tornar um verdadeiro “continente de IA”.

As novas fábricas irão oferecer às startups, pequenas e médias empresas e à indústria acesso direto a supercomputadores otimizados para IA, bem como apoio técnico especializado e consultoria personalizada para o desenvolvimento e implementação de soluções inovadoras. Estas estruturas irão funcionar como centros de excelência, impulsionando a utilização de IA em setores estratégicos da economia europeia.

A iniciativa representa um investimento conjunto de mais de 500 milhões de euros entre a União Europeia e os Estados-Membros. Com este reforço, a Comissão Europeia pretende aumentar a capacidade de computação de alto desempenho no continente e acelerar a adoção responsável e competitiva da inteligência artificial em toda a Europa.

Mais informações estão disponíveis no [comunicado de imprensa](#).



Turismo

92% das viagens dos residentes da UE permanecem dentro do bloco europeu

Em 2024, os residentes da União Europeia realizaram cerca de 1,19 mil milhões de viagens, o que representa um aumento de 4,4% face ao ano anterior, segundo dados divulgados pelo Eurostat. A grande maioria das viagens (92%) ocorreu dentro da própria UE, sendo 71% viagens domésticas e 21% internacionais intracomunitárias.

Roménia (90%), Espanha (88%) e França, Portugal e Grécia (cada um com 85%) registaram as maiores proporções de viagens internas, enquanto o Luxemburgo (5%), a Bélgica (23%) e Malta (35%) lideraram nas deslocações internacionais dentro da UE.

Embora as viagens domésticas continuem a representar a maioria das deslocações, as viagens ao estrangeiro geraram uma despesa total mais elevada: 360,7 mil milhões de euros, face aos 257,2 mil milhões gastos em viagens internas. Em ambos os casos, o alojamento e os transportes mantiveram-se como as principais categorias de despesa.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para [2025](#) e [2026](#).

Mais no Comité das Regiões Europeu:

Calendário para [2025](#).

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Dinamarquesa](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.

Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).

Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.

Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).

Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).

Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).

Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

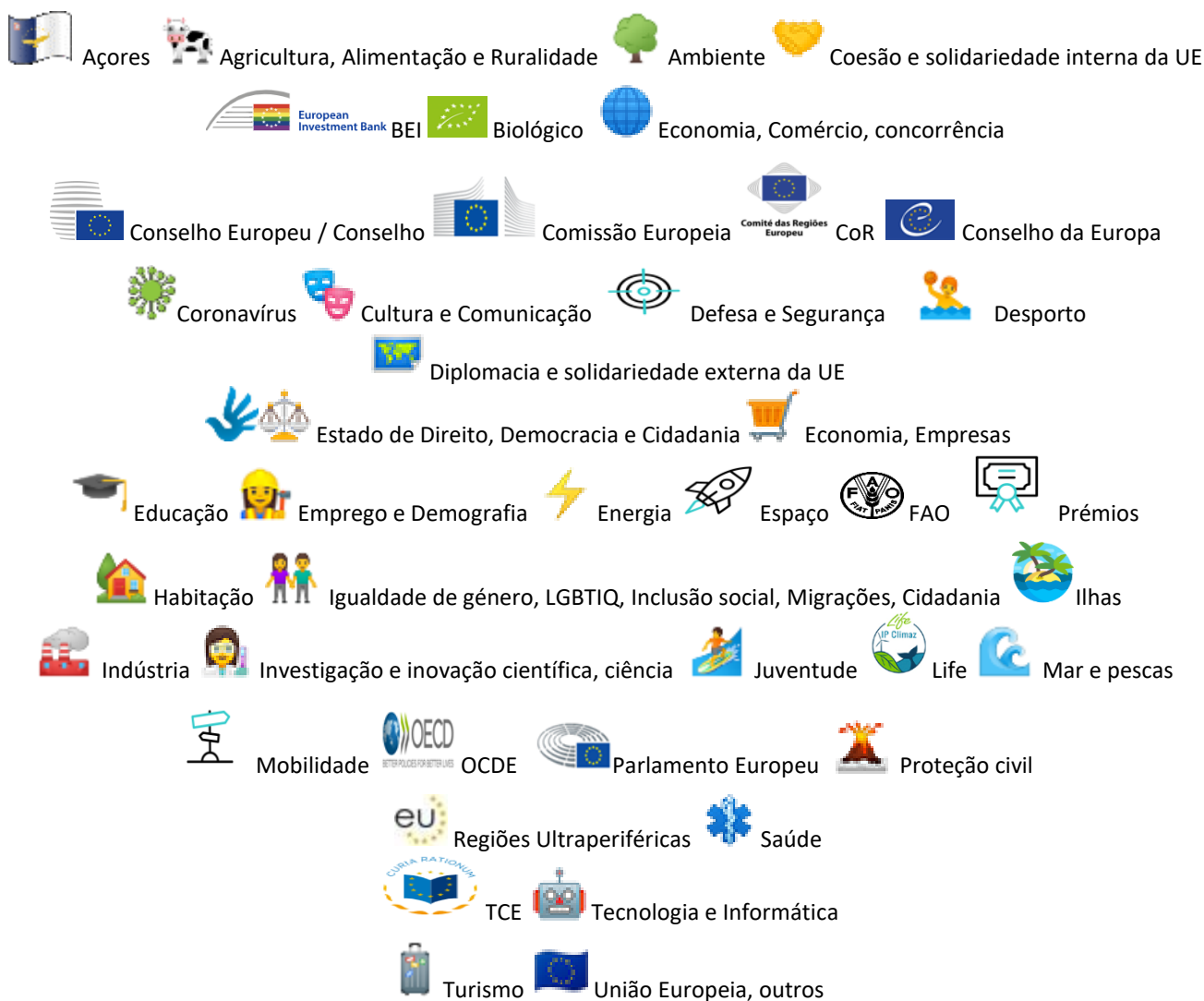
O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR – [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT – [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA –

[Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política 14 de julho Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões](#)!



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!